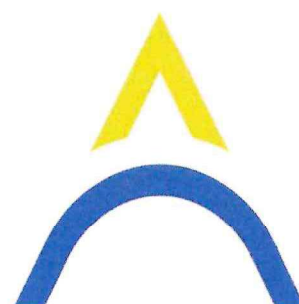




Demonstrações Financeiras Individuais 2025



Índice

Demonstrações financeiras individuais para o período findo em 31 de dezembro

• Balanço Individual em 31 de dezembro de 2025.....	- 4 -
• Demonstração dos Resultados Individuais em 31 de dezembro de 2025.....	- 5 -
• Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais em 31 de dezembro de 2025.....	- 6 -
• Anexo	
1. Identificação da entidade e período de relato	7
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	7
3. Principais políticas contabilísticas.....	- 8 -
4. Fluxos de caixa	- 11 -
5. Ativos fixos tangíveis	- 11 -
6. Ativos fixos intangíveis	- 11 -
7. Inventários	- 12 -
8. Clientes/Utentes	- 12 -
9. Estado e outros entes públicos	- 13 -
10. Outras dívidas a pagar	Erro! Marcador não definido.
11. Fornecedores	- 13 -
12. Serviços prestados.....	- 14 -
13. Subsídios.....	- 14 -
14. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	- 14 -
15. Fornecimentos e serviços externos	- 15 -
16. Gastos com o pessoal	- 15 -
17. Eventos subsequentes	- 16 -
18. Informações exigidas por diplomas legais.....	- 16 -
19. Proposta de aplicação de Resultados.....	- 16 -

Demonstrações Financeiras Individuais
para o período findo em 31 de dezembro de 2025

Grupo Acção Solidariedade Social de Antas

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (modelo para ESNL)

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RÚBRICAS		NOTAS	DATAS	
			31/dez/25	31/dez/24
ACTIVO				
Activo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	5		16 626,89	15 777,87
Bens do património histórico e cultural				
Ativos intangíveis	6		33 429,54	35 126,88
Investimentos financeiros			780,23	780,23
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros				
Outros créditos e ativos não correntes				
			50 836,66	51 684,98
Activo corrente				
Inventários	7		202,48	498,59
Créditos a receber	8		1233,18	1358,01
Estado e outros entes públicos	9			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros				
Diferimentos			846,50	792,37
Outros ativos correntes			9085,53	25854,18
Caixa e depósitos bancários	4		49 245,01	58 319,09
			60 612,70	86 822,24
			111 449,36	138 507,22
Total do Ativo				
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos patrimoniais				
Fundos			10 558,53	10 558,53
Excedentes técnicos				
Reservas			59 078,94	39 432,36
Resultados transitados				
Excedentes de revalorização				
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais			14 618,00	12 097,20
Resultado líquido do período			3 071,71	19 646,58
Total dos fundos patrimoniais			87 327,18	81 734,67
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Provisões				
Provisões específicas				
Financiamentos obtidos				
Outras dividas a pagar				
Passivo corrente				
Fornecedores	11		7 783,72	8761,69
Estado e outros entes públicos	9		3 087,12	2051,24
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros				
Financiamentos obtidos				
Diferimentos				30 198,08
Outros passivos correntes	10		13 251,34	15761,54
			24 122,18	56 772,55
			24 122,18	56 772,55
Total do passivo			111 449,36	138 507,22
Total dos fundos patrimoniais e do passivo				

Contabilista Certificado

Sónia J. Costa

Presidente

Pratas Almeida Costa

Secretário

Jorge Vitorino Almeida

Tesoureiro

João Manuel Pereira Gomes

Grupo Acção Solidariedade Social de Antas
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (modelo para ESNL)

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	12	104 473,45	90 141,81
Subsídios, doações e legados à exploração	13	60 624,33	77 533,49
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	14	-22 306,23	-18 710,40
Fornecimentos e serviços externos	15	-45 624,52	-50 726,03
Gastos com o pessoal	16	-95 743,17	-83 537,28
Ajustamentos de inventários (perdas / reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)		0	-500
Provisões (aumentos / reduções)			
Outras imparidade (perdas / reversões)			
Aumentos / reduções de justo valor			
Outros rendimentos		5 208,39	8 791,56
Outros gastos		-842,62	-847,31
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		5 789,63	22 145,84
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-2 717,92	-2 499,26
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3 071,71	19 646,58
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
Resultados antes de impostos		3 071,71	19 646,58
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		3 071,71	19 646,58

Contabilista Certificado

Presidente

Sónia Viana

Rafaela Almeida Costa

Secretário

Jorge Vitorino Wazam

Tesoureiro

Francisco António Gonçalves

Grupo Acção Solidariedade Social de Antas
DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRECTO
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RÚBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		117 455,04	106090,28
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores		-66 407,46	-64 635,83
Pagamentos ao pessoal		-69 331,01	-56 819,20
Caixa gerada pelas operações		-18 283,43	-15 364,75
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		-39 611,06	-1 650,00
Outros recebimentos / pagamentos		-12 103,92	-26 589,96
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-69 998,41	-43 604,71
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis			4598,07
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		60 624,33	77 533,49
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		60 624,33	82 131,56
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de fundos			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	0
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-9 374,08	38 526,85
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	58 619,09	20 092,24
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	49 245,01	58 619,09

Contabilista Certificado

Sónia Jura

Presidente

Prátas Alameda Costa

Secretário

Jorge Vitorino Vazquez

Tesoureiro

João Manuel Costa Gonçalves

Grupo de Ação de Solidariedade Social de Antas
Anexo
para o período findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em euros)

1. Identificação da entidade e período de relato

A **GRASSA - Grupo de Ação de Solidariedade Social de Antas**, foi constituída em 20 de Janeiro de 1997, tem a sua sede na rua Padre Apolinário Rios, nº 115, em Antas, Esposende. A sua principal atividade é assistencial.

As valências desenvolvidas atualmente são **ATL e Centro de Convívio**. Também desenvolve atividade de transporte e cantina dos alunos da EB de Guilheta, em Antas, Esposende. Foi reconhecida como IPSS em 26 de Abril de 2002, publicado no Diário da República – III SÉRIE, Nº 97.

A direção entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da entidade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da **GRASSA - Grupo de Ação de Solidariedade Social de Antas**, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilístico da entidade de acordo com as normas para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março - aprova o regime contabilístico para as entidades do setor não lucrativo
- Portaria n.º 105/2011, de 14 de Março - aprova os modelos de demonstrações financeiras a apresentar pelas entidades que apliquem o regime contabilístico ESNL
- Portaria n.º 106/2011, de 14 de Março - aprova o código de contas específico para as entidades do setor não lucrativo
- Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de Março - publica a norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do setor não lucrativo
- Artigo 256.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro - procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março
- Decreto-Lei n.º 64/2013, de 13 de Maio - procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da IPSS, foram utilizadas as normas que integram as entidades do Setor Não Lucrativo ("ESNL").

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da IPSS e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no Decreto-Lei nº 64/2013, de 13 de Maio, designadamente o balanço ESNL, demonstração dos resultados por naturezas ESNL, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas respetivas contas das rubricas.

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação em contrário.

3.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da **GRASSA - Grupo de Ação de Solidariedade Social de Antas**, são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada pela Direção.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

3.4. Imposto sobre o rendimento

A IPSS encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

Uma vez que se trata de uma entidade sem fins lucrativos, apenas estarão sujeitos a IRC as receitas com exploração de bar, por exemplo, ou seja, receitas que não tenham a ver diretamente com a atividade da associação.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

3.5. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade. A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica. Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir

para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.6. Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.7. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

3.8. Fundo social

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por: • fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros; • fundos acumulados e outros excedentes; • subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.9. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um Ex fluxo que seja razoavelmente estimado. O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data. Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir Ex fluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.10. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.11. Financiamentos obtidos

A Entidade não possui Empréstimos.

3.12. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da IPSS.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

71

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

O movimento ocorrido nesta rubrica foi o seguinte:

	Saldo em 01- jan-25	Débitos acumulados	Créditos acumulados	Saldo em 31- dez-25
Caixa	1 686,30	25 325,85	26 068,49	943,66
Depósitos à ordem	30 632,79	213 219,91	221 551,35	22 301,35
Depósitos à prazo	26 000,00	52 000,00	52 000,00	26 000,00
	58 319,09	290 545,76	299 619,84	49 245,01

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respectivas depreciações, foi o seguinte:

	31/12/2025					
	Saldo em 01/Jan/25	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31/dez/2025
Custo:						
Edifícios e outras construções	20 890,00	1 869,60	0,00	0,00	0,00	22 759,60
Equipamento básico	3 564,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 564,00
Equipamento de transporte	11 000,00	0,00	-11 000,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	1 199,99	0,00	0,00	0,00	0,00	1 199,99
Outros ativos fixos tangíveis	4 850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 850,00
	<u>41 503,99</u>	<u>1 869,60</u>	<u>-11 000,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>32 373,59</u>
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	10 046,80	352,18	0,00	0,00	0,00	10 398,98
Equipamento básico	3 564,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 564,00
Equipamento de transporte	11 000,00	0,00	-11 000,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	711,12	183,36	0,00	0,00	0,00	894,48
Outros ativos fixos tangíveis	404,20	485,04	0,00	0,00	0,00	889,24
	<u>25 726,12</u>	<u>1 020,58</u>	<u>-11 000,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>15 746,70</u>

6. Ativos fixos intangíveis

	31/12/2025					
	Saldo em 01/Jan/25	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por imparidade	Saldo em 31/dez/2025
Custo						
Outras ativos intangíveis	60 882,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60 882,00
	60 882,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60 882,00
Depreciações Acumuladas						
Outras ativos intangíveis	25 755,12	1 697,34	0,00	0,00	0,00	27 452,46
	25 755,12	1 697,34	0,00	0,00	0,00	27 452,46

7. Inventários

Em 31 de dezembro a rubrica "Inventários" apresentava a seguinte composição:

	31/dez/25	31/dez/24
Materias primas subsidiárias e de consumo	202,48	498,59
	202,48	498,59
Perdas por imparidades de inventários	0,00	0,00
	202,48	498,59

8. Clientes/utentes

Em 31 de dezembro a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	31/dez/25		31/dez/24	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes				
Utentes conta corrente	0,00	1 233,18	0,00	1 858,01
	0,00	1 233,18	0,00	1 858,01
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	-500,00
	0,00	1 233,18	0,00	1 358,01

Perdas por imparidades	31/dez/25	31/dez/24
Saldo a 1 de janeiro	500,00	0,00
Aumento	0,00	500,00
Reversão	0,00	0,00
Regularizações	0,00	0,00
	500,00	500,00

9. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31/dez/25	31/dez/24
Ativo		
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Outros impostos e taxas	0,00	0,00
	0,00	0,00
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	1 144,65	534,85
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	66,00	74,50
Segurança Social	1 876,47	1 441,89
Outros impostos e taxas	0,00	0,00
	3 087,12	2 051,24

10. Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro a rubrica “Outros passivos correntes” tinha a seguinte composição:

	31/dez/25		31/dez/24	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes credores	0,00	0,00	0,00	4 106,35
Credores por acréscimos de gastos				
Remunerações a liquidar	0,00	13 251,34	0,00	11 655,19
Outros credores por acréscimos de gastos	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	13 251,34	0,00	15 761,54

11. Fornecedores

Em 31 de dezembro a rubrica “Fornecedores” tinha a seguinte composição:

	31/dez/25	31/dez/24
Fornecedores conta corrente	7 783,72	8 761,69
Fornecedores conta títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores receção e conferência	0,00	0,00
Fornecedores outros	0,00	0,00
	7 783,72	8 761,69

12. Serviços prestados

Os serviços prestados foram os seguintes:

	31/dez/25	31/dez/24	
	Total	Total	Variação
Cantina	40 504,66	33 852,40	19,65%
CATL/AAAF	23 703,54	16 765,88	41,38%
Transporte	720,75	949,30	-24,08%
Centro de convívio	35 435,50	32 341,75	9,57%
Outros serviços	4 109,00	6 232,48	-34,07%
	104 473,45	83 909,33	24,51%

A variação positiva em praticamente, todas as rubricas, deve-se ao aumento de utentes nas diversas valências. O aumento da cantina, em parte é justificado pela reclassificação da conta de subsídios para esta rubrica, logo teremos uma diminuição da rubrica CME – Todas as valências.

13. Subsídios

	31/dez/25	31/dez/24	Variação
CRSS	18 417,52	16 953,12	8,64%
CME - Todas as valências	12 525,12	19 363,29	-35,32%
PROJETO POR UM GALHO	0,00	1 895,70	-100,00%
PROJETO MAOS AO BARRO	2 790,85	30 069,15	-90,72%
PROJETO TRANQUILIZA	20 821,92	4 178,08	398,36%
IEFP - ESTÁGIOS / outros	6 068,92	5 074,15	19,60%
	60 624,33	77 533,49	-21,81%

A GRASSA candidatou-se a dois projetos: Mãos ao barro e tranquiliza, projetos esses que promovem atividades na natureza de promoção de um envelhecimento ativo.

Temos também os habituais subsídios da segurança social para a valência de CATL/AAAF e os subsídios da CME. Tivemos também no âmbito do IEPF, um contrato CEI+

A diminuição da rubrica da CME – Todas as valências, está justificado por ter sido considerado em parte como serviços de cantina.

Todavia, a soma dos diversos subsídios manteve-se inalterada face a 2024.

14. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias nos períodos findos em 31 de dezembro, é detalhado como segue:

	31/dez/25			31/dez/24		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de janeiro	498,59	0,00	498,59 €	197,75	0,00	197,75
Regularizações	0,00	0,00	- €	0,00	0,00	0,00
Compras	22 010,12	0,00	22 010,12 €	19 011,24	0,00	19 011,24
Custo de vendas	(22 306,23)	0,00	(22 306,23)	(18 710,40)	0,00	(18 710,40)
Saldo final em 31 de dezembro	<u>202,48</u>	<u>0,00</u>	<u>202,48</u>	<u>498,59</u>	<u>0,00</u>	<u>498,59</u>

15. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro, foi a seguinte:

	31/dez/25	31/dez/24	Variação
Subcontratos	5 500,00	9 815,00	-78%
Serviços especializados	8 770,95	23 961,62	-173%
Materiais	3 685,78	1 563,13	58%
Energia e fluídos	4 231,47	4 217,85	0%
Deslocações e estadas	301,00	2 043,75	-579%
Serviços diversos, donde	23 135,32	9 124,68	61%
Comunicação	768,73	635,31	17%
Seguros	899,85	600,21	33%
Limpeza, hiegiene e conforto	1 705,34	1 470,18	14%
	<u>45 624,52</u>	<u>50 726,03</u>	-11%

16. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de dezembro, foi a seguinte:

	31/dez/25	31/dez/24	Variação
Remunerações dos órgãos sociais	0,00	0,00	
Remunerações do pessoal	78 785,07	67 752,95	14%
Benefícios pós emprego	0,00	0,00	
Indemnizações	0,00	0,00	
Encargos sobre remunerações	15 685,25	14 734,77	6%
Seguros	874,05	876,56	0%
Gastos de ação social	0,00	0,00	
Outros gastos com pessoal	398,80	173,00	57%
	<u>95 743,17</u>	<u>83 537,28</u>	13%

Os gastos com o pessoal, tiveram um incremento global de 13%, devido aos aumentos salariais ocorridos.



17. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Autorização para emissão:

- a) As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão no dia 07/05/2026.

18. Informações exigidas por diplomas legais

A Direção informa que a GRASSA não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, a Direção informa que a situação da IPSS perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

19. Proposta de aplicação de Resultados

O Resultado Líquido do Período ascendeu a 3.071,71 euros, propondo-se a seguinte aplicação:

- Reservas Doações 3.071,71 euros

Antas, 7 de Maio de 2026

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIREÇÃO

